

INCLUSÃO DA POLÍTICA PÚBLICA: NA METODOLOGIA DO PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Maria Aparecida Dantas Bezerra¹

RESUMO

Este estudo traz em suas considerações uma análise da "Inclusão da Política Pública na Metodologia do Professor da Sala Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado", cujo aborda a integração das políticas públicas de inclusão na prática pedagógica dos professores que atuam na sala Multifuncional do AEE. Inicialmente, o texto apresenta um resumo teórico sobre a importância das políticas públicas na promoção da educação inclusiva e do AEE. Em seguida, a pesquisa é introduzida, com destaque para os objetivos do estudo, justificativa implícita e a síntese metodológica, que inclui revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Os resultados da pesquisa, obtidos por meio de entrevistas com professores da sala Multifuncional, são discutidos, revelando desafios e estratégias encontradas para integrar as políticas públicas na prática docente. Por fim, uma síntese conclusiva destaca a importância da formação, do suporte institucional e dos recursos adequados para promover uma educação inclusiva de qualidade para todos os estudantes, reforçando o compromisso com os princípios da inclusão e igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Inclusão, Políticas públicas, Metodologia, Professor, AEE.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um processo complexo que busca garantir a participação e o acesso equitativo de todos os alunos à educação, independentemente de suas características individuais. No contexto da educação especial, a inclusão da política pública na metodologia da prática do professor da sala Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades e na efetivação dos direitos dos alunos com deficiência.

No Brasil, a legislação garante o direito à educação inclusiva para todas as pessoas, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço complementar oferecido aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que necessitam de apoio especializado para sua plena participação na escola e no processo de aprendizagem.

¹ Doutora em Educação, Christian Business School-CBS, Título Revalidado pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, cidaraulinho@hotmail.com;

A pesquisa aqui apresentada visa aprofundar o entendimento sobre como a política pública é incorporada na prática dos professores da sala Multifuncional no AEE, explorando os desafios e as oportunidades encontradas nesse processo. A justificativa para este estudo reside na importância de entender como as políticas públicas influenciam diretamente a prática pedagógica dos professores, impactando o acesso e a qualidade da educação para os estudantes com deficiência. Os objetivos deste artigo incluem analisar como as políticas públicas são implementadas na metodologia do professor da sala Multifuncional, identificar os principais desafios enfrentados e destacar estratégias eficazes para promover a inclusão educacional.

A metodologia adotada envolve revisão bibliográfica para embasar teoricamente o estudo, análise de documentos oficiais que delineiam as políticas educacionais voltadas para a educação especial e, quando aplicável, pesquisa de campo para coletar dados sobre a prática dos professores da sala Multifuncional. As discussões serão baseadas nos resultados obtidos, destacando as diferentes perspectivas e abordagens utilizadas pelos professores na implementação das políticas públicas na sala de aula inclusiva.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este artigo compreende uma abordagem mista, combinando técnicas qualitativa para obter uma compreensão abrangente da integração da política pública na prática do professor da sala Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Assim, constata-se neste artigo que as etapas metodológicas incluem, Revisão Bibliográfica, realização de uma revisão sistemática da literatura para embasar teoricamente o estudo, explorando conceitos-chave relacionados à inclusão educacional, políticas públicas, AEE e prática docente inclusiva. Esta etapa permite compreender o contexto teórico e as tendências atuais na área de educação especial.

Fica evidente uma Análise Documental para Investigar os documentos oficiais, como leis, decretos, diretrizes curriculares e políticas educacionais, que delineiam as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva e o AEE. Essa análise proporciona insights sobre as diretrizes estabelecidas pelos órgãos governamentais e sua influência na prática do professor da sala Multifuncional.

Dessa maneira a Pesquisa de Campo nas Realizações destas entrevistas semiestruturadas com professores da sala Multifuncional, gestores escolares e outros profissionais da educação envolvidos na implementação das políticas públicas de inclusão.

Essas entrevistas exploram as percepções, experiências e desafios enfrentados pelos professores na prática inclusiva, bem como as estratégias utilizadas para integrar as políticas públicas em sua metodologia de ensino.

É necessário nesse tempo uma Análise dos dados qualitativos obtidos por meio das entrevistas são analisados utilizando técnicas de análise de conteúdo, buscando identificar padrões, tendências e temas emergentes relacionados à implementação das políticas públicas na prática do professor da sala Multifuncional. Os dados quantitativos, quando aplicáveis, são analisados por meio de estatísticas descritivas para fornecer uma visão geral das percepções dos participantes.

Entende-se, que a Síntese dos resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo são sintetizados e discutidos à luz dos objetivos propostos, destacando os principais achados, desafios e oportunidades relacionados à integração da política pública na prática do professor da sala Multifuncional. Essa síntese oferece insights valiosos para informar políticas e práticas educacionais voltadas para a promoção da inclusão educacional de alunos com deficiência.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como acontece a Inclusão da Política Pública na Metodologia da Prática do Professor na Sala de Recurso Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado?

É notório que a inclusão vem ganhando seu espaço no recito escola, assim observamos que ela é constituída pela necessidade dos estudantes na possibilidade de uma garantia dos direitos sociais, sendo um direito fundamental que visa a garantia da participação e o acesso equitativo de todos os estudantes à educação, independentemente de suas características individuais, no contexto da educação especial, possibilitando a integração eficaz das políticas públicas na metodologia da prática do professor da sala de Recursos Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenhando um papel crucial na promoção de igualdade de oportunidades e na efetivação dos direitos dos estudantes com deficiência.

O professor para atuar no AEE deve ter, além da formação básica em Pedagogia, formação específica para atuar com a necessidade educacional a que se propõe atender (BRASIL, 2008). É importante ressaltar que o professor do Atendimento Educacional Especializado não deverá substituir o professor da sala de aula comum, pois deve ser um complemento e não um substituto do ensino regular.

Sabe-se, que a Inclusão da Política Pública na Metodologia da Prática do Professor na Sala de Recurso Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado, ocorre por meio de uma série de etapas e estratégias, na Adaptação Curricular, no Uso de Tecnologias Assistivas, no Trabalho Colaborativo, na Formação e Capacitação e no Monitoramento e Avaliação, que visam garantir o acesso, a participação e o desenvolvimento pleno dos estudantes com deficiência.

Segundo a Lei Brasileira Inclusão Art. 27. Garante que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

De acordo com essa política pública, este atendimento educacional assegura que os estudantes aprendam que dependem da metodologia do professor para ser necessário o processo de ensino aprendizagem, onde os professores do AEE, tem o seu papel diferenciado do professor da sala regular oferecendo em sua sala de Recursos estímulos cognitivos, social, emocional, psicomotor e seu raciocínio lógico, enquanto o professor da sala regular e de sua responsabilidade a adaptação do currículo garantindo a sua aprendizagem.

Para a Declaração de Salamanca (1994, p. 17) os estudantes “com necessidades especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”.

Neste sentido, as salas de recursos multifuncionais devem manter seu efetivo funcionamento, com oferta do atendimento educacional especializado - AEE aos estudantes público alvo da educação especial matriculados em classe comum de ensino regular, devidamente registrado no Censo Escolar/INEP.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que: Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas 5 com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

Em síntese, a metodologia do professor na Sala de Recurso Multifuncional deve incluir a adaptação curricular para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Isso pode envolver a modificação de materiais didáticos, a criação de atividades diferenciadas e o uso de estratégias pedagógicas inclusivas e o professor da sala de Recursos Multifuncional fazer os PDI Plano Desenvolvimento Individual de cada criança do AEE, possibilitando seu plano com o desenvolvimento cognitivo de cada estudante com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão da pesquisa revelam a integração das políticas públicas na prática das salas de Recursos Multifuncionais no Atendimento Educacional Especializado (AEE). A análise dos dados coletados indica que, embora haja um reconhecimento da importância das políticas públicas para a promoção da inclusão educacional, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados na sua efetiva implementação.

Um dos principais resultados observados é a necessidade de maior investimento em formação continuada para os profissionais da educação, especialmente aqueles que atuam nas salas de Recursos Multifuncionais. Os participantes destacaram a importância de capacitações específicas sobre as políticas públicas de inclusão, estratégias pedagógicas diferenciadas e o uso de tecnologias assistivas.

Além disso, a pesquisa evidenciou a importância do trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais da educação, incluindo professores de sala regular, coordenadores pedagógicos, psicólogos e terapeutas, para garantir o sucesso da inclusão. A troca de experiências e o planejamento conjunto de estratégias pedagógicas foram identificados como fatores-chave para o desenvolvimento de práticas inclusivas eficazes.

Outro aspecto relevante discutido na pesquisa é a necessidade de adaptação curricular para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Os participantes ressaltaram a importância de uma abordagem individualizada, que considere as habilidades, interesses e desafios de cada aluno, e que promova um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor.

Em suma, os resultados da pesquisa destacam a importância do monitoramento constante do processo de inclusão, por meio de indicadores de desempenho e qualidade. Essa prática permite identificar áreas de melhoria e ajustar as estratégias conforme necessário, garantindo a eficácia das políticas públicas de inclusão na prática das salas de Recursos Multifuncionais.

Tabela 1: Registro Diário de Acompanhamento do Estudante da Sala Multifuncional.

REGISTRO DIÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DO ESTUDANTE DA SALA MULTIFUNCIONAL					
ESTUDANTE:			DEFICIÊNCIA/CID:		
DIA DA SEMANA E DATA DO AEE	ASPECTO COGNITIVO	SOCIAL	AFETIVO E EMOCIONAL	LINGUÍSTICO	RACÍOCÍNIO LÓGICO
ASPECTO COGNITIVO: Significar compreender e responder adequadamente aos estímulos do ambiente levando o indivíduo a pensar e avaliar as ações realizadas em suas atividades.					
ASPECTO SOCIAL: Refere-se a um relacionamento saudável de comportamento produtivo com as demais pessoas.					
AFETIVO E EMOCIONAL: Parte de um conjunto funcional e atua, juntamente com a cognição e o ato motor no processo de desenvolvimento dos sentimentos, positivos e negativos, temos como exemplo o amor, o carinho, o egocentrismo dentre outros.					
LINGUÍSTICO: É desenvolvida por meio da linguagem receptiva na qual é possibilitada por compreender palavras e gestos, enquanto que a linguagem expressiva consiste na possibilidade de usar gestos, palavras, símbolos escritos e outros signos para comunicação.					
RACÍOCÍNIO LÓGICO: É identificado nas habilidades e dinâmicas considerando as limitações cognitivas diante dos jogos oferecidos para facilitar o processo de aprendizagem.					
ADAPTAÇÃO CURRICULAR: Diante disso, a adaptação curricular caberá como uma estratégia de ensino que possibilita o acesso aos conteúdos escolares e devem abarcar as particularidades dos estudantes com deficiência.					

Autora da tabela 01 Maria Aparecida Dantas Bezerra (2024)

A tabela 1 elenca as contribuições da metodologia que são utilizadas na prática da sala de Recursos Multifuncionais no Atendimento Educacional Especializado os resultados e discussão da pesquisa oferecendo subsídios importantes para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade, trabalhando o aspecto cognitivo, social, linguístico, raciocínio lógico, adaptação curricular ressaltando a necessidade, na qual surge a necessidade de investimentos contínuos

em formação, para a colaboração da adaptação curricular e monitoramento do processo de inclusão.

Tabela 2: Planejamento Educacional Individualizado do AEE.

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO DO AEE			
ESCOLA:			
ESTUDANTE:			
SÉRIE/ANO:		DEFICIÊNCIA/CID:	
PROFESSOR DO AEE:			
PROFESSOR DA SALA REGULAR:			
OBJETIVO:			
PERÍODO DE ATENDIMENTO:			
ÁREA DE DESENVOLVIMENTO	OBJETIVO	ATIVIDADE	RESULTADO
SOCIOAFETIVO, COGNITIVO E EMOCIONAL DESENVOLVIMENTO COGNITIVO-BNCC			
LINGUAGENS COMUNICAÇÃO, ORALIDADE E CÓDIGOS – BNCC			
MATEMÁTICA RACIOCÍNIO LÓGICO – BNCC			
Resultados esperados:			
Intervenção Pedagógica:			
Materiais a serem utilizados/adaptação:			
Parceiros:			
Avaliação dos resultados:			
Reestruturação do plano:			

Autora da tabela 02 Maria Aparecida Dantas Bezerra (2024)

A tabela 2 indica a complementação de uma intervenção do feedback de cada criança com deficiência, que será atendida na sala de Recurso Multifuncional considerando o planejamento contribui para o desenvolvimento geral dos estudantes, não apenas nas áreas específicas mencionadas, mas também em termos de habilidades socioemocionais, de pensamento crítico e autoeficácia. Isso pode incluir a sua motivação e seu interesse pelas atividades propostas, melhorando seu engajamento em sala de aula regular.

Tabela 3: Devolutiva de cada estudante atendido na sala de Recurso Multifuncional do AEE no 4º bimestre com um Relatório descritivo Individual.

DEVOLUTIVA DE CADA ESTUDANTE ATENDIDO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL DO AEE NO 4º BIMESTRE COM UM RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL	
ESCOLA:	
ESTUDANTE:	
PROFESSORA DO AEE:	
1º BIMESTRE	2º BIMESTRE
3º BIMESTRE	4º BIMESTRE
PARECER FINAL DO ESTUDANTE	
<hr/> PROFESSOR	

Autora da tabela 03 Maria Aparecida Dantas Bezerra (2024)

A tabela 3 aponta que este relatório irá deixar claro o progresso de cada estudante com deficiência em relação as metas estabelecidas, podendo ser feito na comparação inicial e final, observado seu desempenho a cada bimestre no AEE, analisando as estratégias pedagógicas e recursos utilizados para promover o desenvolvimento cognitivo, emocional, socioemocional, linguístico e matemático nos atendimentos desenvolvidos, considerando a interconexão entre as diferentes áreas de desenvolvimento e como eles se complementam para promover um crescimento holístico e abrangente dos estudantes com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, o estudo objetivou a inclusão da política pública na metodologia da prática do professor da sala Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado que é essencial para promover uma educação de qualidade e garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência. A colaboração entre as diferentes legislações envolvidas, o investimento em formação e recursos adequados, e o compromisso com os princípios da inclusão são fundamentais para superar os desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas por essa abordagem. A implementação eficaz dessas políticas públicas não apenas beneficia os estudantes com deficiência, mas contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

De acordo com a pesquisa de campo afirmar que é importante que a prática do professor na Sala de Recurso Multifuncional seja constantemente monitorada e avaliada, com base nas tabelas apresentadas indicando o desempenho e qualidade do estímulo cognitivo. Isso permite identificar áreas de melhoria e ajustar as estratégias conforme necessário para garantir a eficácia da inclusão.

Corroborando, no ponto de vista prático, os resultados fornecem para gestores educacionais, professores e demais profissionais envolvidos a implementação das políticas públicas de inclusão. Essas conclusões podem orientar a elaborar programas de formação, políticas institucionais e práticas pedagógicas que promovam uma educação inclusiva de qualidade no AEE.

Nesta perspectiva, com o ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para o avanço do conhecimento no campo da educação inclusiva e do AEE, ao destacar a importância da integração das políticas públicas na prática educacional. As análises realizadas ao longo do estudo metodológico proporcionando uma compreensão mais profunda dos desafios e oportunidades relacionados à inclusão do estudante da sala de Recurso com deficiência, bem como identificaram lacunas no conhecimento que merecem ser exploradas com intervenções que as tabelas 1 (um), (dois) 2 e (três) 3 traz para ajudar na metodologia aplicada nas salas de Recursos Multifuncional no AEE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 19 de março 2024.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 19 de março. 2024.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 19 de março 2024.

UNESCO, (1994) **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação** – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca.